

Lincoln, Marx e a guerra civil nos Estados Unidos

Alvaro Bianchi

Professor do Departamento de Ciência Política
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Lincoln, Marx e a guerra civil nos Estados Unidos

Resumo: Contrariando análises que tendem a mistificar o apoio de Karl Marx ao presidente norte-americano Abraham Lincoln, o presente artigo procura expor o caráter contraditório dessa relação. Para tal analisa o conjunto de escritos de Marx e Friedrich Engels sobre os Estados Unidos. Em uma primeira parte apresenta a visão geral que ambos tinham sobre a guerra civil, o apoio que deram na guerra ao Norte contra os escravocratas do Sul e a defesa de uma segunda revolução, capaz de emancipar trabalhadores escravos e livres. Em uma segunda parte, o artigo discute a opinião desses autores com relação a Lincoln e seu governo, destaca os limites que percebiam nas instituições dos Estados Unidos e a pressão que procuraram exercer no movimento abolicionista e o no próprio presidente em direção à guerra revolucionária

Palavras-chave: 1. Guerra civil norte-americana; 2. Karl Marx. 3. Abraham Lincoln.

Lincoln, Marx and the Civil War in America

Abstract: In contrast to the analyses that tend to mystify Karl Marx's support to the United States President Abraham Lincoln, this article attempts to expose the contradictory nature of this relationship. Therefore, it analyzes Marx and Engels' writings on the United States. In the first part, the article presents the overall view of both authors about the American civil war, their support to the Northern combatants against the Southern slaveholders and their proposal of a second revolution that could emancipate slaves and free workers. In the second part, the article discusses Marx and Engels' opinion regarding Lincoln and his Government, especially the limitations they perceived in the American institutions and the pressure they sought to exert on the abolitionist movement and on the president himself toward a revolutionary war

Keywords: 1. American Civil War; 2. Karl Marx. 3. Abraham Lincoln.

Com o lançamento do filme *Lincoln*, de Steven Spielberg alguns escritores aproveitaram a oportunidade para revalorizar um aspecto comumente negligenciado pela historiografia: o apoio do movimento operário europeu e, particularmente de Karl Marx à União e à presidência de Abraham Lincoln. Essa revalorização produziu alguns argumentos claramente exagerados a respeito da relação de Marx com Lincoln. No Brasil Augusto Buonicore, por exemplo, afirmou que para “o autor do *Manifesto do Partido Comunista*, Lincoln havia sido um grande estadista e um homem sensível às aspirações de seu povo.” (BUONICORE, 2013).

Vicenz Navarro foi além e, a partir de algumas ideias de John Nichols (2012) e Robin Blackburn (2011), chegou a afirmar que “não há dúvidas de que [Lincoln] foi altamente influenciado por Marx e outros pensadores socialistas, com os quais partilhou seus desejos imediatos, claramente simpatizando com eles e levando sua postura a altos níveis de radicalismo em seu compromisso democrático.” (NAVARRO, 2013.) Paradoxalmente essa afirmação não está muito distante daquela dos revisionistas neoconfederados, os quais acusaram Lincoln de estar sob a influência do comunismo (KENNEDY; BENSON, 2007) e de ter aplainado o caminho para o intervencionismo estatal na economia e a intromissão legislativa na vida privada que teriam solapado as bases da liberdade nos Estados Unidos (cf. P. ex. DILORENZO, 2003).

Uma análise menos ligeira do conjunto de escritos de Marx e Engels sobre a guerra civil pode permitir uma visão menos mistificadora e mais acurada das ideias destes. É isso o que se pretende neste artigo. Em uma primeira parte será apresentada a visão geral que ambos tinham sobre a guerra civil e em uma segunda parte a opinião destes com relação a Lincoln e seu governo.

Marx, Engels e a guerra civil nos Estados Unidos

Os artigos escritos por Karl Marx sobre a guerra civil nos Estados Unidos eram destinados a dois órgãos de imprensa diferentes. O *New York Daily Tribune*, dos Estados Unidos, e *Die Presse*, de Viena, Áustria. O primeiro era dirigido por Charles A. Dana (1819-1897), o qual foi correspondente de imprensa durante as revoluções de 1848 na Europa, ocasião na qual conheceu Marx em Colonia. Retornando aos Estados Unidos, o jornalista assumiu o controle do *New York Daily Tribune* ao lado de Horace Greeley (1811-1872) e mais tarde convidou Marx a escrever para seu jornal. Os autores do *Manifesto comunista* também contribuíram para a *New American Cyclopaedia* (1857-1866), um ambicioso projeto de Dana, escrevendo vários artigos. Nos anos anteriores à guerra civil Dana desenvolveu uma intensa campanha antiescravista na imprensa, mas durante conflito rompeu com Greeley e abandonou o jornalismo para assumir posições de destaque ao lado do general Ulysses S. Grant (1822-1885), ocupando entre 1863 e 1865 o posto de Assistant Secretary of War.

Embora Dana simpatizasse com as ideias de Charles Fourier (1772-1837), o *New York Daily Tribune* era um empreendimento comercial e a tiragem de 200 mil exemplares diários fazia dele um negócio bem sucedido. Marx, entretanto, recebia apenas duas libras por artigo e o jornal havia se comprometido a publicar dois deles por semana. A guerra civil interrompeu as encomendas e, a partir de janeiro de 1861, o jornal não publicou outros artigos de Marx, para seu desespero.¹ Em outubro desse ano a colaboração foi retomada, mas em novas bases. O *New York Daily Tribune* voltou a publicar os artigos de Marx com grande destaque “em um lugar proeminente e particularmente, com anúncio na primeira página do jornal” como contou exultante a seu amigo Engels em carta de 30 de outubro de 1861 (MECW, v. 41, p. 323). Mas o jornal novaiorquino aproveitou a ocasião para diminuir o valor pago por artigo e passou a remunerar somente textos que escolhia publicar.

1 Em fevereiro de 1862 Marx escreveu a Philipp Becker: “A guerra civil americana significou a perda total de minha principal fonte de recursos por um ano. Subsequentemente (há um par de meses), os 'negócios' foram restabelecidos, mas em bases muito 'restritas'.” (MECW, v. 41, p. 341).

Em maio de 1861, Marx escreveu a Lion Philips que havia “recebido uma vantajosa oferta de *Die Presse*, de Viena”, a qual aceitaria depois que “alguns pontos ambíguos” fossem esclarecidos (MECW, v. 41, p. 277). Quando esse jornal liberal revisou sua atitude e passou a se opor ao governo de Anton von Schmerling (1815-1893), Marx considerou que poderia começar a colaborar com ele, como deixou claro em sua carta a Engels de 28 de setembro de 1861 (*idem, ibidem*, p. 321).² A colaboração de Marx com o *Die Presse* durou de outubro de 1861 a dezembro de 1862. Marx escrevia ao preço de uma libra por artigo e dez shillings por relato. Embora o jornal fizesse intensa propaganda dos artigos de Marx em suas páginas o pagamento não era mais assíduo do que o de seu congênere americano, o que fazia com que o Mouro, em uma situação de penúria, reclamasse com seu amigo Engels:

“Eu não estou muito preocupado com o fato deles não publicarem os melhores artigos (embora eu sempre os escreva de tal forma que eles poderiam muito bem fazê-lo), mas é financeiramente impossível para mim quando publicam apenas um de cada quatro ou cinco e pagam apenas por esse. Isso me deprime muito abaixo do padrão dos penny-a-liners” (*Idem, ibidem*, p. 351).

Nenhum desses jornais era socialista ou dirigido para a classe trabalhadora. A linguagem e a abordagem utilizadas por Marx e Engels nesses artigos eram, portanto, cuidadosas. A seleção dos temas, também. No *New York Daily Tribune* publicava os artigos de análise da política europeia, particularmente a inglesa. Em *Die Presse*, por sua vez, foram divulgadas a maior parte das análises políticas e militares da guerra civil nos Estados Unidos. Alguns artigos sobre questões militares foram também assinados por Engels, mas o pagamento ficava todo com Marx.

A análise da correspondência de Marx e Engels e dos artigos publicados nesses jornais não deixam dúvidas de que ambos, desde o primeiro momento, consideraram que o conflito entre Norte e Sul tinha na questão da escravidão seu ponto principal e assumiram o partido da União no conflito. Comentando a imprensa britânica, a qual havia assumido de modo quase unânime o partido dos escravocratas, Marx escreveu:

2 Von Schmerling foi ministro do Interior do Império Austríaco de 1860 a 1865.

“Se é verdade que o Norte, depois de longas hesitações, e de exibir uma paciência desconhecida nos anais da história da Europa, empunhou finalmente a espada, não para esmagar a escravidão, mas para salvar a União, o Sul, por sua parte, inaugurou a guerra proclamando 'a instituição peculiar' como o fim único e principal da rebelião. Confessou a lutar pela liberdade de escravizar outras pessoas, uma liberdade que, apesar dos protestos do Norte, afirmou ser posta em perigo pela vitória do Partido Republicano e a eleição do Sr. Lincoln para a cadeira presidencial.” (MARX, 1972, p. 53-54.)³

A forma como o conflito se apresentava era, entretanto, mediada pela política conciliadora do governo federal. Os secessionistas deixavam claros seus propósitos, mas os partidários do governo federal não faziam da emancipação dos escravos sua bandeira: “Se o Norte professava lutar apenas pela União, o Sul glorificava a rebelião pela supremacia da escravidão” (*idem, ibidem.*)⁴ Ao longo do século XIX os escravistas haviam utilizado a União para seus propósitos, contando para tal com a colaboração do Partido Democrático no Norte (MECW, v. 19, p. 9). As sucessivas acomodações e compromissos entre o Norte e o Sul resultaram sempre em benefício deste último, a tal ponto que “a União tornou-se, mais e mais, escrava dos escravistas” (*idem, ibidem*). Embora muitos políticos do Norte apoiassem a escravidão, Marx percebeu a emergência, na segunda metade da década de 1850, de sinais de mudança e conflito:

3 Publicado no NYDT, 11 Oct. 1861. Uma “instituição particular” foi o eufemismo utilizado pelo vice-presidente da Confederação, Alexander H. Stephens para referir-se à escravidão no famoso The Corner Stone Speech, de 21 de março de 1861. Segundo Stephens: “A nova constituição [da Confederação] assentou, para sempre, todas as agitadas questões relacionadas com a nossa instituição peculiar, a escravidão Africano como existe entre nós, o estado adequado do negro em nossa forma de civilização. Esta foi a causa imediata da anterior ruptura e da revolução atual.” (Stephens, 1866, p. 721) O discurso do vice-presidente também deixava clara qual era a real causa da guerra: “Nosso novo governo está fundado (...) sobre a grande verdade, que o negro não é igual ao homem branco; que a subordinação do escravo à raça superior é a sua condição natural e normal” (*idem, ibidem*).

4 Explicando a John A. Gilmer suas a respeito do programa do Partido Republicano, Lincoln escreveu: “Eu não pensei de recomendar a abolição da escravidão no Distrito de Columbia, nem o tráfico de escravos entre os estados, mesmo nas condições indicadas, e se eu fosse fazer tal recomendação, é bastante claro o Congresso não poderia segui-la.” (Lincoln, 2009, p. 212). Sobre o reconhecimento da escravidão no estados em que já era aceita, Lincoln escreveu a Gilmer: “Você pensa que a escravidão é certa e deve ser estendida; nós pensamos que é errada e deve ser restrita. Mas isso não é um motivo para ficarmos zangados um com o outro” (*idem, ibidem*).

“A guerra do Kansas, a formação do Partido Republicano, e a grande votação recebida pelo Sr. Frémont durante a eleição presidencial de 1856, eram muitas provas palpáveis de que o Norte acumulara energias suficientes para corrigir as aberrações que história dos Estados Unidos, sob a pressão proprietários de escravos, tinha sofrido, durante meio século, e para voltarem aos verdadeiros princípios do seu desenvolvimento” (*idem, ibidem*. P. 10.)

Em suma, “o violento choque de forças antagonistas. A fricção, a força que moveu a história por meio século” fazia-se sentir de modo cada vez mais aberto no território americano (*idem, ibidem*). A análise de Marx tornava-se mais clara e precisa em um artigo publicado poucos dias depois em *Die Presse*.⁵ Ao contrário do que o secessionistas e a imprensa inglesa afirmavam, o levante do Sul não teria sido um protesto contra as tarifas protecionistas aprovadas pelo Congresso. Estas teriam sido votadas apenas em março de 1861, depois, portanto, da rebelião ter sido declarada. Mesmo no Sul houve quem se beneficiasse da nova legislação alfandegária, como os proprietários das fazendas de cana-de-açúcar da Louisiana.

A razão principal para a ofensiva dos escravistas do Sul foi, segundo Marx, a necessidade de novos territórios e da extensão territorial, social e política da escravidão que o Sul possuía: “a expansão contínua do território e a extensão contínua da escravidão além de seus antigos limites é uma lei vital para os estados escravistas da União” (*idem, ibidem*, P. 39).

O modelo econômico preponderante nos estados do Sul era o da grande plantação de algodão, açúcar e tabaco com o uso extensivo de terras e trabalho escravo. O esgotamento do solo ocorria rapidamente obrigando a expansão territorial. Antigos estados escravistas, como a Virginia e Maryland, deixaram de ser exportadores de produtos agrícolas e passaram a ser exportadores de escravos para outros estados do Sul:

“Assim que este ponto é alcançado, a aquisição de novos territórios torna-se necessária, para que uma parte dos escravistas possam ocupar, com seus escravos, novas terras férteis e para que um novo mercado para a aquisição de escravos, portanto, para a venda de escravos, possa ser criado” (*idem, ibidem*, P. 39-40)

5 Die Presse, 25 Oct. 1861.

A expansão territorial também tinha objetivos políticos claros. O acelerado crescimento populacional do Norte havia alterado profundamente a balança de forças no Congresso e diminuído fortemente o peso político do Sul. A força política dos escravistas concentrou-se assim, quase exclusivamente, no Senado, onde cada estado tinha direito a duas cadeiras, independentemente de sua população. Para manter sua influência no Senado e na política o Sul necessitava da criação de novos estados escravistas, transformando os territórios existentes em territórios escravistas, primeiro, e em estados escravistas, depois (*idem, ibidem*, p. 41).

Por último, a expansão era, também, uma necessidade social. Restritos a uma oligarquia de 300 mil proprietários, os escravistas do Sul necessitavam de novas frentes de expansão demográfica que permitissem diminuir a pressão social dos “brancos pobres”, em número crescente devido à concentração de terras, dando-lhes a perspectiva de se tornarem, também, fazendeiros e proprietários de escravos (*idem, ibidem*). Sem uma significativa expansão territorial, política e social, a escravidão perderia força, segundo Marx, e gradualmente se extingiria, seria aniquilada na esfera política e ameaçada pelos “brancos pobres”.⁶ O Sul corria, segundo, Marx, contra o tempo e agiu de modo decidido.

O programa político que os republicanos apresentaram nas eleições estava longe de ser radical. Propunham que os escravistas não recebessem novos territórios, que cessasse a política externa anexionista, que o comércio de escravos permanecesse interdito e que as terras livres dos novos territórios fossem colonizadas por trabalhadores livres (*idem, ibidem*, p. 39). Para conquistar eleitores no Sul do país, os republicanos silenciavam sobre a emancipação dos escravos dos estados nos quais ela era considerada legal. Mas mesmo essa tímida plataforma eleitoral já era suficiente para que a vitória no pleito levasse a uma luta aberta entre o Norte e o Sul (*idem, ibidem*, p. 41). A conclusão de Marx era taxativa:

“Todo o movimento era e é baseado, como se vê, na *questão da escravidão*. Não no sentido de saber se os escravos devem ser

6 Runkle (1964, p. 136) acredita que o esgotamento espontâneo da escravidão era uma perspectiva excessivamente otimista por parte de Marx.

emancipados a título definitivo ou não nos atuais estados escravistas, mas se os 20 milhões de homens livres do Norte devem continuar se submetendo a uma oligarquia de 300 mil donos de escravos; se os vastos territórios da república deve ser viveiros para estados livres ou para a escravidão; e, finalmente, se a política nacional da União deve ter como dispositivo a extensão armada no México, América Central e América do Sul” (*idem, ibidem*, p. 42.).

Marx considerava que o rápido crescimento econômico e populacional dos estados do noroeste era a causa da agudização dos conflitos entre o Sul e o Norte. A população nesses estados era, em sua maioria, de imigrantes alemães e descendentes de ingleses, proprietários rurais independentes. Entre 1850 e 1860 essa população cresceu 67%, atingindo a cifra de quase 8 milhões de pessoas e superando os 5 milhões que habitavam os estados escravistas que proclamaram a sucessão. Esse desenvolvimento acelerado dos estados do noroeste alterou profundamente a balança política dos Estados Unidos e garantiu a vitória dos republicanos nas eleições de 1860. Foram também esses estados, segundo Marx, os primeiros a se manifestarem contra a secessão (*idem, ibidem*, p. 41).⁷

No final de outubro de 1861 escreveu um artigo publicado no início do mês seguinte em *Die Presse*, no qual afirmava que a guerra da “Confederação Sulista” era uma guerra de conquista para a extensão e perpetuação da escravidão” (*idem, ibidem*, p. 49). Para os secessionistas, depois da vitória dos republicanos não era mais possível transformar os estados e territórios fronteiriços em estados escravistas sem romper com a União. Para o Norte, a cessão desses territórios e estados aos escravistas significaria uma rendição e o sitiamento pelo Sul, uma situação que levaria de fato, “não a dissolução da União mas sua reorganização, uma reorganização com base na escravidão sob o controle reconhecido da oligarquia escravista” (*idem, ibidem*, p. 50.) Daí o alcance do conflito e seu caráter inconciliável:

“A luta presente entre o Sul e Norte é, portanto, nada mais que uma luta entre dois sistemas sociais, o sistema de escravidão e do sistema de trabalho livre. A luta irrompeu porque os dois sistemas não podem mais viver pacificamente lado a lado no continente norte-americano. Ela só pode ser encerrada com a vitória de um sistema ou outro.” (*Idem, ibidem.*)

7 Cf. Também. a carta de Marx a Engels, 1 Jul. 1861 (MECW, v. 41, p. 301).

Estes dois sistemas em conflito eram, entretanto, dirigidos por capitalistas. Trata-se de uma questão de grande complexidade sobre a qual muito tem se discutido. As diversas passagens de Marx a respeito do modo de produção próprio da economia colonial não sempre são unívocas. No caso em questão, entretanto, ele é mais claro, uma vez que ao invés de definir o caráter da economia colonial ele caracteriza a classe que conduz o processo. Sobre isso Marx é categórico, a exploração colonial foi conduzida por capitalistas. Engels concordava com isso e avançava a consequência política dessa caracterização. Em uma carta de maio de 1862 a seu amigo Marx, ele afirmou: “eu também estou convencido da natureza burguesa dos plantadores, por isso não duvido que chegado o momento se tornem fanáticos pró-unionistas” (MECW, v. 4, p. 368).

O confronto entre o Sul e o Norte era, assim, um confronto dirigido por forças capitalistas dos dois lados.⁸ Isto não impedia Marx e Engels de tomarem, na guerra, partido em favor do Norte contra os escravocratas do Sul. Mas era na perspectiva de uma segunda revolução, capaz de emancipar trabalhadores escravos e livres que ambos assumiam esse partido.

Guerra constitucional e guerra revolucionária

No dia 15 de março de 1862, Marx comunicou a Engels suspeitar que sua relação com o *Tribune* estava chegando ao fim: “estou convencido de que eles estão a ponto de me dar meu *congè* mais uma vez, juntamente com todos os outros correspondentes europeus.” (MECW, v. 41, p. 352). Cerca de um mês mais tarde reclamou que não estava mais recebendo o jornal (*idem*, p. 353) e no começo de maio informou a Engels que os jornais de Manchester e Londres haviam noticiado que Dana havia se afastado do *Tribune* devido a suas divergências com Greeley sobre a guerra (*idem*, v. 41, p. 359). Depois disso,

8 Runkle (1964, p. 132) afirma que para Marx se tratava de um conflito entre um sistema burguês e outro feudal, reproduzindo assim um argumento bastante comum na historiografia soviética do período stalinista. Marx, entretanto, nunca caracterizou o Sul como feudal e sempre enfatizou o caráter capitalista das grandes plantações e do comércio de escravos.

Marx passou a considerar que seu afastamento do jornal e a interrupção do envio se tratava de um golpe sujo de Greeley (MECW, v. 41, p. 362).

Marx continuou acompanhando, nos meses seguintes, os acontecimentos nos Estados Unidos, dedicando-lhes importante atenção, ao mesmo tempo em que avançava na redação de *O Capital*. Além dos artigos publicados em *Die Presse*, sua correspondência constitui uma fonte inestimável.⁹ Ao longo do ano de 1862 Marx e Engels passaram divergir sobre as perspectivas da guerra nos Estados Unidos, diferenças essas pouco destacadas pelos comentadores. Marx foi, desde o primeiro momento, otimista a respeito do resultado do conflito. O Sul havia tomado a iniciativa e era de se esperar que os ventos da vitória soprassem favoravelmente aos secessionistas nos primeiros meses da guerra. Escrevendo a Lion Phillips, em maio de 1861, Marx registrou sua opinião:

“Não tenho dúvidas de que na primeira parte da luta as escalas favoreçam o Sul, no qual a classe de proprietários brancos aventureiros provê uma fonte inexaurível de milícias marciais. No longo prazo, é claro, o Norte será vitorioso e se a necessidade surgir ele terá uma última carta na manga na forma de uma revolução dos escravos” (*idem*, p. 277.)

As vitórias iniciais do Sul foram facilitadas pela política conciliadora do Norte, o qual procurou evitar o conflito, primeiro, e, depois, adiá-lo ao máximo. Escrevendo a Engels em julho, Marx afirmou que o Norte “durante 50 anos inferiorizou-se, fazendo uma concessão atrás de outra” (*idem*, p. 300). Tais concessões haviam reforçado a instituição da escravidão nos estados do Sul, permitido sua expansão a novos territórios e dado tempo para os secessionistas se armarem e prepararem militarmente. Mas a força econômica do Norte e sua maior quantidade de homens livres poderiam fazer com que a balança militar pendesse para seu lado durante o desenrolar do conflito. Se essa inversão na correlação de forças não ocorresse o Norte ainda poderia estimular a rebelião dos escravos no Sul. Era essa perspectiva de transformação do conflito em uma guerra revolucionária aquela que Marx e Engels julgavam mais promissora.

9 Esta correspondência foi sistematicamente ignorada pelos recentes comentadores.

Já em janeiro de 1860, Marx havia festejado em uma carta a Engels os levantes de negros ocorridos em protesto contra a execução de John Brown.¹⁰ Considerava que essas manifestações de revolta popular eram o primeiro sinal de uma revolução dos escravos e uma das “maiores coisas que estão ocorrendo agora no mundo” (*idem*, p. 4). A emancipação dos escravos e o alistamento dos negros no exército da União eram, para Marx e Engels, o caminho para uma guerra revolucionária contra o Sul escravista. Mas o governo nortista adiava ao máximo essas medidas e permitia o avanço das tropas sulistas.

No dia 1º de setembro de 1861 o *New York Daily Tribune* publicou a proclamação do general John Charles Frémont (1813-1890) na qual era anunciado o confisco das propriedades dos habitantes do Missouri que apoiassem a Confederação e a emancipação dos escravos dos rebeldes. O presidente Lincoln havia instruído Frémont a decretar a libertação apenas dos escravos que tivessem sido utilizados pelos confederados nos combates, mas o general foi além e declarou a emancipação de todos, despertando a ira de Washington. Os protestos dos escravistas dos estados fronteiriços, como o Kentucky fizeram o governo revogar o decreto de Frémont e demiti-lo do posto de comandante-em-chefe do Missouri (MECW, v. 19, p. 51).¹¹

Marx considerou que a demissão de Frémont era um ponto de virada na guerra civil. Como primeiro candidato do partido Republicano, nas eleições de 1856, e como o primeiro general que havia ameaçado os escravistas com a bandeira da emancipação, o comandante militar do Missouri era um obstáculo à conciliação com os escravistas dos estados fronteiriços promovida pelo governo em Washington (*idem*, p. 86-87). A popularidade de Frémont era uma ameaça mesmo depois de sua demissão. O correspondente do *Die Presse* considerava que se o Norte continuasse a sofrer pesadas derrotas militares o Noroeste poderia encontrar em Frémont a liderança necessária para “esmagar o sistema predominantemente diplomático de travar a guerra” (*idem*, p. 88).

10 Nos últimos anos da década de 1850 o abolicionista branco John Brown (1800-1859) liderou uma insurreição armada antiescravista em Kansas. Preso em 1859 foi condenado à morte. A análise clássica sobre os episódios é a de W.E.B. DuBois (2007).

11 Os chamados estados fronteiriços compreendiam, além de Kentucky, Delaware, Maryland, Virginia, North Carolina, Tennessee, Missouri e Arkansas .

Era esse insistente recurso à negociação e conciliação com as lideranças do Partido Democrático e com os escravistas dos territórios fronteiriços a causa das dificuldades que o Norte enfrentava. Marx criticou esse sistema em um artigo publicado em novembro de 1861 em *Die Presse*:

“A ansiedade para manter os 'leais' senhores de escravos dos estados fronteiriços com bom humor, o medo de jogá-los nos braços de secessão, em uma palavra, a ternura com os interesses, preconceitos e sensibilidades desses aliados ambíguos, infligiram desde o início da guerra uma ferida incurável no governo da União enfraquecendo-a, conduzindo-a a meias medidas, obrigando-a a dissimular o princípio da guerra e o principal ponto vulnerável do inimigo, a raiz da maligna escravidão em si.” (*idem*, p. 50-51.)

A crise na condução da guerra continuou, segundo Marx, após a demissão de Frémont. As baixas eram cada vez maiores e as primeiras derrotas humilhantes. Outros generais passaram a considerar a emancipação dos escravos como a única alternativa para vencer o conflitos. Marx descreveu a crise sobre a questão da escravidão em um artigo publicado em *Die Presse* em dezembro de 1861. Depois da declaração de Frémont, foi a vez do general William T. Sherman (1820-1891), comandante em South Carolina, ir além e decretar que não apenas os escravos de rebeldes, mas também os de proprietários “leais” à União poderiam ser emancipados e, em certas circunstâncias “armados”. A seguir, o coronel John Cochrane (1813-1898) reivindicou o “armamento de todos os escravos como uma medida militar”. O secretário de Guerra Simon Cameron (1799-1889) manifestou-se favorável às ideias de Cochrane e foi por isso censurado pelo secretário do Interior (cf. *idem*, p. 115).

Em meados de 1862 as críticas de Marx e Engels ao governo da União tornaram-se mais estridentes. Engels, particularmente, era mais pessimista e chegou a achar que a guerra poderia ser perdida devido às vacilações em Washington. Em uma carta a Marx, datada de 30 de julho de 1862, ele protestou:

“que covardia por parte do governo e do Congresso! Eles recuaram do serviço militar obrigatório, das medidas fiscais firmes, de atacar a escravidão, de tudo o que é urgente, tudo é deixado passar livremente e, se alguma medida decidida finalmente chega no Congresso, o

honorável Lincoln a cobre com tantas cláusulas que fica reduzida a nada.” (MECW, v. 41, p. 387.)

Engels não guardou palavras para se referir aos generais nortistas: “um mais estúpido do que o outro” e “incapazes da menor iniciativa e de uma decisão independente” (*idem, ibidem*). “Incompetência e covardia em todo lugar, exceto entre os soldados comuns” era o que o companheiro de Marx via (*idem, ibidem*). Sua ira não preservou sequer o povo do Norte, o que só fazia aumentar o pessimismo. A “completa ausência de qualquer resiliência entre o povo é o que me comprova de que isso é tudo”. O povo, afirmava, “é mais incompetente do que tivesse sido subjugado por 3 mil anos pelo cetro austríaco” (*idem, ibidem*). Tudo levava Engels a crer que a guerra contra os escravistas estava perdida: “a menos que o Norte imediatamente adote uma postura revolucionária receberá a terrível surra que merece, e isso é o que parece acontecer.” (*idem, p. 388.*)

Marx também tinha suas críticas, como deixou claro em um artigo publicado em *Die Presse* em 4 de agosto de 1862. A suspensão pela União do recrutamento de novas tropas, depois da conquista do Tennessee “condenou o exército a um constante enfraquecimento”, afirmou Marx (MECW, v. 19, p. 226). O correspondente do jornal austríaco considerava que as razões da crise eram políticas e se deviam à influência do Partido Democrático sobre o governo federal. Mas também considerava que Lincoln começava a se mover na direção correta, ameaçando os estados fronteiros com “uma inundação pelo partido abolicionista” (*idem, p. 227*). Esses novos movimentos por parte do governo eram atribuídos às pressões provenientes dos estados do Noroeste e de New England, os quais forneciam a maior parte dos novos recrutas e estariam “determinados a forçar o governo a uma guerra de tipo revolucionário e a inscrever na bandeira listrada e estrelada o grito de batalha de 'Abolição da Escravidão'.” (*idem, p. 228.*)

A guerra entraria assim, segundo Marx, em uma nova fase: “Até agora apenas assistimos o primeiro ato da guerra civil – a guerra travada constitucionalmente. O segundo ato, a guerra travada revolucionariamente, está próximo” (*idem, ibidem*). As divergências de Marx com Engels tornaram-se explícitas na carta que lhe endereçou no dia 7 de agosto: “Eu não compartilho muito tuas opiniões sobre a guerra civil americana, não acredito que seja só

isso.” Em sua carta considerava que a guerra estava “tomando outro curso” e que as coisas poderiam mudar de repente. Uma guerra revolucionária não deixava de estar em seu horizonte: “O Norte vai, finalmente, fazer a guerra a sério, recorrer a métodos revolucionários e derrubar a supremacia dos políticos escravistas dos estados fronteiriços. Um único regimento de pretos teria um efeito notável sobre o estado de ânimo sulista.”¹² Por último, se Lincoln não tomasse a iniciativa e abandonasse a via diplomática, Marx considerava que os estados do Noroeste e New England poderiam passar eles próprios à ação: “Se Lincoln não der um jeito (que ele, no entanto, vai dar), haverá uma revolução.” (MECW, v. 41, p. 400.)

A perspectiva de uma revolução no Norte foi novamente exposta por Marx em sua carta a Engels de 10 de setembro. Nessa missiva, ao contrário de seu amigo, afirmou que continuava “firmemente com a opinião de que o Norte venceria no final”, muito embora a guerra pudesse passar por várias fases, inclusive cessar-fogos. As vacilações do Norte eram para ele compreensíveis, embora não aceitáveis: “A maneira em que o Norte está travando a guerra não é senão o que se poderia esperar de uma república burguesa, onde a farsa reinou suprema por tanto tempo” (*idem*, p. 416). O Sul, por sua vez, era dominado por uma oligarquia filibusteira que poderia recorrer aos piores métodos, empurrando o Norte a medidas extremas. Por essa razão, Marx não descartava que a república burguesa fosse levada a uma revolução: “É possível, é claro, que algum tipo de revolução venha a ocorrer no próprio Norte” (*idem, ibidem.*)

Em setembro de 1862, Lincoln divulgou uma proclamação preliminar que anunciava a emancipação dos escravos de todos os territórios confederados que não retornassem à União até o dia 1º de janeiro do ano seguinte. A ameaça foi cumprida e uma nova proclamação foi divulgada nesse dia emancipando os escravos. Escrevendo em outubro de 1862, Marx considerou: “o manifesto abolindo a escravidão, é o documento mais importante na história americana desde o estabelecimento da União, equivalente a rasgar a ponta da antiga

12 Marx usa uma expressão em inglês: “nigger regiment”. A expressão nigger tem hoje um conteúdo extremamente preconceituoso racista e foi raríssimas vezes utilizada por Marx. O uso que fez dela em sua correspondência pessoal, assume, segundo Kevin Anderson, um significado antirracista, uma vez que dramaticamente opõe aos escravistas o levante daqueles que mais odiavam e, ao mesmo tempo, mais temiam (2010, p. 98).

Constituição americana.” (MECW, v. 19, p. 250.) Com a proclamação de Lincoln a guerra começava a tomar o rumo desejado por Marx e Engels desde o início e assumia o caráter de uma guerra revolucionária.

Mas o ritmo dessa evolução era muito mais lento do que o desejado por ambos. No dia 29 de outubro, Marx voltou a considerar a própria natureza burguesa da democracia norte-americana como uma trava para a realização de uma guerra revolucionária: “Como outros, é claro que estou ciente da forma desagradável assumida pelo movimento *chez Yankees*, mas, tendo em conta a natureza de uma democracia 'burguesa', acho isso explicável.” (MECW, v. 41, p. 421.) Por razões semelhantes Engels maninha sua atitude reticente e desconfiada perante os eventos nos Estados Unidos.

Em uma carta de 5 de novembro de 1862, Engels manifestou suas diferenças com seu amigo Marx: “não estou certo de que os eventos se desenvolvam de uma forma tão clássica como você imagina” (MECW, v. 19, p. 423). A passividade do povo no Norte, que aparentemente não via a guerra como “uma verdadeira questão de sua existência nacional”, aumentava seu pessimismo. Engels demonstrava forte antipatia por um povo que apesar de estar em superioridade numérica deixava-se abater e cuja única descoberta depois de tantos meses de guerra teria sido a de que “todos os seus generais são idiotas e seus funcionários, vigaristas e traidores. As coisas deveriam certamente tomar um rumo diferente, mesmo em uma república burguesa” (*idem, ibidem*).

Ao invés de uma revolução no Norte, como Marx parecia ver, Engels considerava mais provável “uma contrarrevolução democrática e uma paz vazia” que aceitasse a divisão dos estados da fronteira (*idem, ibidem*). As reservas de Engels não lhe impediam, entretanto, de manter firme seu apoio ao Norte contra o Sul escravista. Marx não partilhava desse pessimismo, considerava que os sulistas enfrentavam maiores problemas do que os percebidos por seu companheiro. e achou por bem censurá-lo em uma carta do dia 17 novembro: “Parece-me que você adota um ponto de vista unilateral da confusão americana” (MECW, v. 41, p. 429).

A colaboração de Marx com *Die Presse* encerrou-se no mês seguinte. A partir daí suas pesquisas para a redação de *O Capital* ocuparam a maior parte de seu tempo e o tema da guerra civil nos Estados Unidos tornou-se cada vez mais raro na correspondência entre os dois amigos. Engels permaneceu com suas

reservas, principalmente a respeito da habilidade militar dos generais do Norte. Em maio de 1864 os exércitos da União, comandados pelo general Grant lançaram a terceira ofensiva contra Richmond, a sede do governo confederado. Embora considerasse Grant o mais talentoso dos generais do Norte, Engels angustiava-se com as manobras militares: “A campanha da Virginia é mais uma vez caracterizada pela inconclusão, ou mais precisamente, pela dificuldade de levá-la a qualquer forma de decisão” (*idem*, p. 531). Marx respondeu no início de junho: “As notícias da América parecem-me boas.” (*idem*, p. 538.)

Em setembro de 1864, Engels ainda continuava preocupado. As eleições se aproximavam e embora a reeleição de Lincoln fosse dada como certa, a campanha eleitoral influenciava a condução militar do conflito (*idem*, p. 559). Embora mais otimista, Marx mantinha-se cuidadoso, principalmente devido a sua desconfiança nas instituições políticas dos Estados Unidos: “No que diz respeito à América eu considero o presente momento, *entre nous*, extremamente crítico. (...) As eleições, em um país que é o arquétipo do embuste democrático é cheia de armadilhas que podem inesperadamente desafiar a lógica dos eventos” (*idem*, p. 561-562). Marx previa, entretanto, que uma verdadeira revolução poderia ter lugar. Se Lincoln perdesse a eleição poderia ocorrer uma “revolução genuína”, um levante popular contra os escravistas. Mas se ele vencesse, a hipótese mais provável, a situação também seria favorável, uma vez que o presidente exerceria seu novo mandato com “uma plataforma muito mais radical e em circunstâncias completamente diferentes” das anteriores (*idem*, p. 562).

A guerra assumiu, de fato, novas características após a proclamação de janeiro de 1863. Em sua clássica análise do período, publicada originalmente em 1935, o historiador negro W. E. B. Du Bois (1868-1963), considerou que a fuga de escravos das plantações do Sul durante a guerra teve o alcance de uma verdadeira greve geral:

“esses escravos tem um enorme poder em suas mãos. Simplesmente parando de trabalhar eles pode ameaçar de inanição a Confederação. Caminhando para os campos da Federação eles mostraram a vacilantes nortistas a possibilidade de usá-los facilmente e, ao mesmo tempo, privar os inimigos de usa-los em seus campos” (DU BOIS, 1999, p. 121).

Para Du Bois, foi essa greve geral dos trabalhadores negros a causa principal da derrota dos exércitos confederados. Acossados atrás de suas próprias linhas os escravistas tiveram que escolher entre perder a guerra e perder suas plantações. Em novembro de 1864, Engels, em carta a seu amigo Joseph Weydemeyer, o qual se encontrava lutando na América contra os escravistas, não relutou em considerar a guerra civil nos Estados Unidos, uma “guerra popular (...) sem lugar desde que os grandes estados passaram a existir e a qual poderá, no final, apontar a direção para o futuro de toda a América pelos próximos séculos.” (MECW, v. 42, p. 39). A abolição da escravidão era considerada um acontecimento histórico transcendente o qual liberaria as forças produtivas e reposicionaria os Estados Unidos no cenário internacional:

“Uma vez que a escravidão, o maior grilhão sobre o desenvolvimento político e social dos Estados Unidos, foi quebrada, o país é obrigado a receber um impulso que lhe permitirá adquirir, dentro do menor tempo possível, uma posição bastante diferente na história do mundo, e um uso será encontrado, logo a seguir, para o exército e a marinha que a guerra lhe fornece” (*idem*, p. 59).

No início de 1865 a guerra já estava decidida. Engels dizia a seu irmão Rudolf que “o Sul está gradualmente exaurindo-se e não pode substituir seus exércitos, enquanto o Norte ainda não mobilizou metade de seus recursos.” (*idem*, p. 61.) Em 3 março, o mesmo Engels escreveu a Marx para dizer-lhe que considerava que em um mês estaria tudo decidido, o que de fato ocorreu no dia 9 de abril, quando o general Robert E. Lee (1807–1870) finalmente se rendeu perante Grant em Appomattox (MECW, v. 42, p. 113).

A Associação Internacional dos Trabalhadores e Lincoln

Marx conhecia a insistência com a qual Lincoln afirmou nos primeiros meses do conflito que a guerra não era contra a escravidão e sim em defesa da União. Desejoso de manter o apoio dos membros do Partido Democrático do Norte e neutralizar os escravistas dos estados fronteiriços o presidente dos Estados Unidos postergou o conflito ao máximo e repetidas vezes afirmou a intenção de manter a escravidão nos estados nos quais ela já era legalmente reconhecida.

Como visto, Marx e Engels consideravam que a relutância em conduzir uma guerra revolucionária contra os escravistas assentava suas raízes no embuste da democracia “burguesa”. A permanente necessidade de conciliar os interesses das diversas frações das classes dominantes no âmbito parlamentar, dentre as quais as forças escravistas existentes no Norte e nos territórios fronteiriços, levou o governo a adiar ao máximo a emancipação dos escravos nos territórios confederados e a criar regimentos de negros livres e armados. Lincoln, cumpria, desse modo, o papel que lhe era exigido e para o qual era talhado.

A contraposição que Marx fez entre as personalidades de Frémont e Lincoln, quando o primeiro foi demitido de seu cargo, em novembro de 1861, permite reconstruir de modo mais preciso sua opinião a respeito do presidencialismo estadunidense e de seu principal mandatário. Longe de apresentá-lo como um “grande estadista”, para os leitores de *Die Presse*, Marx via Lincoln como a expressão de uma máquina política que se caracterizava por selecionar figuras completamente medíocres:

“Durante as duas últimas décadas, desenvolveu-se nos Estados Unidos a prática singular de não eleger para a presidência um homem que ocupasse uma posição de autoridade em seu próprio partido. Tais homens, é verdade, foram utilizados para manifestações eleitorais, mas assim que se passava a assuntos importantes eles eram retirados e substituídos por mediocridades desconhecidas, influentes apenas localmente. Desta maneira Polk, Pierce, Buchanan, etc, tornaram-se presidentes. Da mesma forma Abraham Lincoln. O general Andrew Jackson foi de fato o último presidente dos Estados Unidos que devia seu posto a sua importância pessoal, enquanto todos os seus sucessores deviam isso, pelo contrário, a sua insignificância pessoal.” (MECW, v. 19, p. 86.)¹³

Ao contrário do impetuoso Frémont, o presidente eleito dos Estados Unidos era absolutamente previsível e movia-se sempre, como um advogado do interior, nos estreitos limites da Constituição e recusando o conflito aberto contra os escravistas: “Lincoln, de acordo com a sua tradição jurídica, tem

13 Obviamente, Marx era mais cuidadoso com as palavras usadas quando se dirigia ao público dos Estados Unidos. Uma das limitações das recentes análises é, justamente, não perceber essa diferença.

aversão por todo gênio, ansiosamente se apega à letra da Constituição e se envergonha de todo passo que possa prejudicar os ‘leais’ senhores de escravos dos estados fronteiriços.” (*idem*, p. 87).

A opinião de Marx não mudou sequer quando teve notícia da proclamação da emancipação dos escravos dos estados confederados, em setembro de 1862. Pelo contrário, não deixou de perceber na declaração a hesitação típica do presidente:

“A figura do presidente Lincoln é *sui generis* nos anais da história. Sem iniciativa, sem eloquência, sem altivez, sem roupagem histórica. Ele sempre apresenta os atos mais importantes da maneira mais insignificante possível. (...) Hesitante, resistente, relutante, ele marca a aura de bravura de seu papel como se tivesse que pedir perdão pelas circunstâncias que o forçaram a ser um leão” (*idem*, p. 250.)

Marx insistia: “Lincoln não é o produto de uma revolução popular”. Ele não era feito da mesma matéria de Robespierre, Saint Just e Danton. O juízo era frio e duro: “sem brilho intelectual, sem um caráter particularmente destacável, sem nenhuma importância excepcional; uma pessoa mediana de boa vontade” (*idem, ibidem.*) Ainda assim, a organização social e política dos Estados Unidos havia permitido que essa personalidade insignificante ocupasse um lugar proeminente na história mundial.

Essa percepção dos limites das instituições dos Estados Unidos e seu presidente não impediram Marx e Engels de procurarem pressionar o movimento abolicionista e o próprio Lincoln em direção à guerra revolucionária. A revolução não foi uma das causas da guerra civil, mas poderia ser uma de suas consequências. É nessa perspectiva que deve ser lida a surpreendente mensagem que a recém-fundada Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), enviou ao presidente dos Estados Unidos. A redação de uma mensagem de apoio a Lincoln havia sido proposta por Alexander Dick e George Howell (1833-1910), membros do Conselho Central da AIT na reunião do dia 22 de novembro. Marx parece não ter ficado muito satisfeito com a proposta e assumiu a contragosto a missão de ter que redigir a carta para que outros não o fizessem, como dá a entender a Engels, em uma carta de 2 de dezembro de 1864:

“A Mensagem para Lincoln está agora na agenda novamente, e novamente eu tive que compor a coisa (que é muito mais difícil do que escrever um trabalho adequado), na medida em que a fraseologia para esse tipo de escrita é limitada, mas ela está pelo menos distinguível da fraseologia vulgar-democrática” (MECW, v. 42, p. 49.)

O texto de Marx foi aprovado pelo Conselho Central no dia 29 de novembro, depois de intensa discussão. Alguns queriam que, de acordo com a tradição predominante na Inglaterra, a mensagem a Lincoln fosse encaminhada por um parlamentar. Mas essa proposta foi derrotada. Também foi derrotada a proposta de Victor Le Lubez (1834-?), o qual propôs que a mensagem fosse endereçada ao povo dos Estados Unidos e não a seu presidente (*idem, ibidem*). William R. Cremer (1828-1908), secretário da AIT, utilizou seus contatos com o governo dos Estados Unidos para fazer a carta chegar a seu destinatário.

A mensagem redigida por Marx logo após a reeleição de Lincoln expressa a opinião de que em um segundo mandato o presidente poderia assumir “uma plataforma muito mais radical”: “Congratulamos o povo da América pela sua reeleição por larga maioria. Se a resistência ao Poder Escravista foi a palavra de ordem reservada de sua primeira eleição, o grito de guerra triunfal de sua reeleição é Morte à Escravidão.” (MECW, v. 20, p. 19.) A mensagem da AIT revela que Marx havia passado a considerar, ou pelo menos a tornar explícito, o nexos existente entre a emancipação do trabalho e o fim da escravidão. Sem a emancipação dos negros a exploração dos trabalhadores assalariados não poderia ter um fim. A libertação dos escravos era, assim, uma condição para a emancipação de todos os trabalhadores do mundo:

“Enquanto os trabalhadores, as verdadeiras forças políticas do Norte, permitirem que a escravidão contamine sua própria república, enquanto perante o negro, dominado e vendido sem a sua anuência, os trabalhadores de pele branca ostentem a mais alta prerrogativa do trabalhador de venderem-se a si mesmos e escolherem seus próprios mestres, eles serão incapazes de atingir a verdadeira liberdade de trabalho, ou de apoiar seus irmãos europeus na sua luta pela emancipação, mas essa barreira ao progresso tem sido varrida pelo mar vermelho de guerra civil.” (*idem*, p. 20.)

Marx esperava que assim como a guerra de independência dos Estados Unidos havia revitalizado a burguesia europeia, a guerra antiescravista na

América fortalecesse a luta das classes trabalhadoras europeias. A mensagem era concluída de modo dramático:

“Eles [os trabalhadores] consideram uma dádiva da época que tenha sido Abraham Lincoln, o dedicado filho da classe trabalhadora [*the single-minded son of the working class*], quem conduziu o país através da árdua luta de resgate de uma raça acorrentada e de reconstrução de um mundo social” (*idem*, p. 20).¹⁴

A resposta veio por meio de uma carta, assinada pelo embaixador dos Estados Unidos na Inglaterra, Charles Francis Adams. O embaixador informava na carta que Lincoln havia recebido a mensagem e que expressava, em caráter pessoal, o desejo de se provar merecedor da confiança recebida de “tantos amigos da humanidade e do progresso ao redor do mundo” (MARX, 1972. p. 238). Embora cuidadosamente reafirmasse abster-se de todo propagandismo e intervenção ilegal, Lincoln, nas palavras do embaixador, afirmava:

“As nações não existem por si só, mas para promover o bem-estar e a felicidade da humanidade por meio de relações benevolentes e do exemplo. É nesta relação que os Estados Unidos consideram sua causa no presente conflito com a escravidão, mantendo a insurgência como a causa da natureza humana, e derivam novos incentivos para perseverar dos testemunhos dos trabalhadores da Europa de que a atitude nacional recebe sua aprovação esclarecida e suas simpatias sinceras” (*idem*, p. 239-240.)

O governo dos Estados Unidos estava ciente de que o único apoio que recebera durante a guerra havia sido proveniente das classes trabalhadoras, as quais haviam participado ativamente das manifestações contrárias a uma intervenção da coroa inglesa no continente americano. Por essa razão, Lincoln manifestou seu reconhecimento do apoio recebido pelos trabalhadores europeus. Apesar de suas reticências iniciais, Marx, em uma carta cheia de sarcasmo endereçada a Engels em fevereiro de 1865, festejou a resposta de Lincoln à AIT e o fato das manifestações das associações e clubes da burguesia

14 À luz dos textos anteriormente citados, nos quais Marx menciona a mediocridade de Lincoln, percebe-se uma boa dose de ironia nessa definição do presidente como “the single-minded son of the working class”. Literalmente *single-minded* é aquele que possui uma única coisa na cabeça.

britânica terem sido praticamente ignoradas: “*Apropos*. O fato de Lincoln nos responder tão cortesmente e tão bruscamente e de modo puramente formal à 'Sociedade pela Emancipação Burguesa' deixou *The Daily News* tão indignado que não publicaram a resposta a nós. (...) Você pode imaginar quão gratificante foi isso para nosso pessoal” (MECW, v. 42, p. 86.)

Poucos meses depois o presidente Lincoln foi assassinado e Andrew Johnson assumiu a presidência. Procurando repetir o sucesso da carta anterior, o Conselho Central da AIT decidiu no dia 2 de maio mandar uma carta ao novo presidente. Marx mais uma vez redigiu o texto, o qual foi aprovado na reunião do dia 9 de maio e despachado logo a seguir por intermédio do embaixador Charles Adams. Embora a guerra já estivesse decidida, o momento era de grande intensidade dramática e a direção na qual a reconstrução nacional seria realizada era ainda incerta. Desta vez o autor da mensagem carregou nos tons, escreveu um texto fortemente emotivo e foi mais condescendente do que nas vezes anteriores com o presidente Lincoln, o qual agora era apresentado como um mártir:

“Mesmo os sicofantas que, ano após ano, e dia após dia, exerceram seu trabalho de Sísifo de assassinar moralmente Abraham Lincoln e a República que ele dirigiu, estão agora horrorizados com essa explosão universal de sentimento popular, e rivalizam uns com os outros em espalhar flores retóricas sobre seu túmulo aberto. Finalmente eles descobriram que era um homem, que não poderia ser intimidado pela adversidade, nem intoxicado pelo sucesso, conduzindo-se inflexivelmente para seu grande objetivo, nunca comprometendo-o pela pressa cega, maturando lentamente seus passos, nunca voltando atrás, jamais se afastando da onda de fervor popular, nunca desanimando com o afrouxamento do impulso do povo, temperando o rigor com o calor de um coração bondoso, iluminando cenários escuros com paixão de um sorriso bem-humorado, fazendo com humildade e simplicidade seu trabalho titânico, enquanto os governantes nascidos no céu costumam ornamentar as pequenas coisas com a grandiloquência da pompa e do estado; em uma palavra, um dos raros homens que conseguiu se tornar grande, sem deixar de ser bom. Essa, na verdade, era a modéstia deste homem grande e bom, no qual o mundo só descobriu um herói depois de ter caído como mártir.” (MECW, v. 20, p. 99.)

O texto é claramente exagerado e repercutia o estado de indignação popular depois do assassinato de Lincoln, mas também tinha um forte conteúdo político e procurava apontar a direção que a AIT desejaria que fosse tomada no “árido trabalho de reconstrução política e regeneração social” (*idem*, p. 100). Em suas linhas finais a missiva deixava o tom emotivo e grandiloquente, bem como afastava-se definitivamente a fraseologia “vulgar-democrática” e afirmava decididamente a bandeira da AIT: a emancipação dos trabalhadores. Mais uma vez, Marx destacou as origens sociais do presidente:

“Um profundo senso de sua grande missão poderá salvá-lo de qualquer transigência com os duros deveres. Você nunca esquecerá que para iniciar a nova era da emancipação do trabalho, o povo americano depositou as responsabilidades da liderança sobre dois homens de trabalho – Abraham Lincoln, um, Andrew Johnson, o outro” (*idem*, *ibidem*.)

Essa carta ficou, entretanto, sem resposta e logo as esperanças de seus signatários se viram frustradas. Vencida a guerra rapidamente o governo passou à reconstrução do capitalismo nos Estados Unidos. Durante seu mandato Johnson vetou leis destinadas a proteger os afrodescendentes e permitiu que os estados confederados retornassem à União sem garantir a adoção de direitos iguais para os ex-escravos. Nesses estados, durante seu governo foram adotados “black codes” que converteram trabalhadores negros em servos nas plantações, presos a elas por contratos de trabalho que não poderiam ser rompidos sob pena de prisão (ZINN, 2005, p. 199). Marx rapidamente passou a desconfiar do novo presidente e cerca de um mês depois da mensagem da AIT a Johnson já manifestava a Engels suas reservas e via a reação avançar:

“A política de Johnson não me agrada. Uma ridícula afetação de severidade para com indivíduos; até então excessivamente vacilante e fraco quando se trata de agir. A reação já está posta na América e em breve se fortalecerá muito se a atual atitude indolente não for deixada para trás imediatamente.” (MECW, v. 42, p. 163).

As desconfianças tornaram-se oposição aberta e em novembro de 1866 Marx escreveu François Lafargue comemorando a derrota eleitoral de Johnson e concluindo: “Os trabalhadores do Norte finalmente compreenderam plenamente que os trabalhadores brancos nunca se emanciparão enquanto os

trabalhadores negros forem ainda estigmatizados” (*idem*, p. 334). A reação empreendida por Johnson tornava essa perspectiva mais distante e a atitude de Marx mais violenta contra ele. Em agosto de 1867 escreveu ao editor do *Le Courier Français*, Auguste Vermorel, protestando contra o tratamento benevolente que esse jornal dispensava a Johnson e chamando o presidente dos Estados Unidos de “uma ferramenta suja dos escravocratas” (*idem*, p. 414).

As esperanças que Marx e Engels haviam depositado na guerra civil encontravam-se, assim, definitivamente frustradas. A guerra, embora tenha conduzido à derrota dos escravistas, permaneceu como uma revolução bloqueada. Seu resultado foi, assim, uma emancipação mitigada. A segregação racial que assentou suas bases após o fim da guerra manteve os trabalhadores afrodescendentes sob grilhões e os trabalhadores brancos sob o garrote do capital. Marx estava certo sobre a vitória do Norte sobre a qual Engels tantas vezes duvidou. Mas este acertou sobre o resultado mais geral do conflito. A “contrarrevolução democrática” finalmente triunfou mas, paradoxalmente, depois da vitória militar dos capitalistas do Norte.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Kevin. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: The University of Chicago, 2010.
- ANDERSON, K. Spielberg’s “Lincoln,” Karl Marx, and the Second American Revolution. *The International Marxist-Humanist*. 19 Dec. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1nVFP33>>. Acesso em: 1 fev. 2013.
- BLACKBURN, Robin. *An Unfinished Revolution: Karl Marx and Abraham Lincoln*. Londres: Verso, 2011.
- BUONICORE, Augusto. Marx, Lincoln e a Guerra Civil Americana. Disponível em: <<http://bit.ly/1jO2MoZ>>. Acesso em 1 fev. 2013.
- DILORRENZO, Thomas J. *The real Lincoln: a new look at Abraham Lincoln, his agenda, and an unnecessary war*. New York: Three Rivers, 2003.
- DU BOIS, W. E. B.. *John Brown*. New York: Oxford University, 2007.
- _____, W. E. B.. *Black reconstruction in America: an essay toward a history of the part which Black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880*. New York: Free Press, 1999.

- KENNEDY, Walter; BENSON, Alan. *Red Republicans and Lincoln's Marxists: Marxism in the Civil War*. New York: iUniverse, 2007.
- LINCOLN, Abraham. *Lincoln on race and slavery*: edited and introduced by Henry Louis Gates, Jr. coedited by Donald Yacovone. Princeton: Princeton University, 2009.
- MARX, Karl. *On America and the Civil war*. New York: McGraw-Hill, 1972.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected works*. New York: International, 1975, 50 v.
- NAVARRO, Vicenç. *Lo que la película Lincoln no dice sobre Lincoln*. Disponível em: <<http://www.vnavarro.org/?p=8339>>. Acesso em: 1 fev. 2013.
- NICHOLS, John. Reading Karl Marx with Abraham Lincoln Utopian socialists, German communists, and other republicans. *Political Affairs*. 27 Nov. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1u1gsSb>>. Acesso em: 1 fev. 2013.
- RUNKLE, Gerald. *Karl Marx and the American Civil War. Comparative Studies in Society and History*, v. 6, n. 2, p. 117-141, Jan., 1964.
- STEPHENS, Alexander H. *Alexander H. Stephens in Public and Private with Letters and Speeches*. Philadelphia: National Publishing, 1866.
- VAN DER LINDEN, Marcel. Who are the workers of the world: Marx and beyond. *Workers of the World: International Journal on Strikes and Socail Conflicts*, v. 1, n. 2, p. 55-72, 2012.
- WILSON, James Harrison. *Life of Charles A. Dana*. New York : Harper & Bros., 1907.
- ZINN, Howard. *A people's history of the United States*. New York, NY: Harper Perennial, 2005.